



Conselho
Federal de
Psicologia

1 Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, às nove horas e
2 quinze minutos, na sede do Conselho Federal de Psicologia - CFP, sito no Setor de
3 Administração Federal Sul, quadra dois, bloco "B", Edifício Via Office, térreo, sala cento e
4 quatro, Brasília, Distrito Federal, iniciou-se a décima quinta plenária do décimo sexto
5 plenário do Conselho Federal de Psicologia. Estavam presentes entre conselheiros e
6 convidados: Mariza Monteiro Borges, Rogério de Oliveira Silva, Sergio Luis Braghini,
7 Maria da Graça Corrêa Jacques, Dorotea Albuquerque Cristo, João Baptista Fortes de
8 Oliveira, Lurdes Perez Oberg, Meire Nunes Viana, Madge Porto Cruz, Nádia Maria
9 Dourado Rocha, Eliandro Rômulo Cruz Araújo, Jefferson de Souza Bernardes, João Carlos
10 Alchieri, Vera Lucia Morselli, Viviane Moura de Azevedo Ribeiro, Ana Maria Jacó Vilela,
11 Luciana Ferreira Angelo e Vera Paiva. Mariza Borges deu início à reunião. Alguns
12 conselheiros solicitaram alteração da ordem da pauta. Ficou acordado que os pontos
13 "Avaliação de Testes", "Especialização em Psicologia do Trânsito", "Projeto Memória da
14 Psicologia" e "Atividades do CREPOP" seriam antecipados. **12. Avaliação de Testes**
15 **Psicológicos:** João Alchieri apresentou as relatorias da Comissão Consultiva em Avaliação
16 Psicológica - CCAP referente aos testes Escala de Pensamento Depressivos (EPD), Escala
17 de Violência entre Parceiros Íntimos (EVIPI), Socr@t-s e Matrizes Progressivas Avançadas
18 de Raven. Algumas dúvidas foram esclarecidas e foi solicitado que a equipe técnica do CFP
19 envie para os conselheiros e membros do coletivo ampliado, com antecedência, as relatorias
20 dos testes a serem apreciados nas Plenárias. Em regime de votação, o parecer do teste
21 Escala de Pensamentos Depressivos (EPD) foi aprovado com uma abstenção (teste
22 favorável para o uso profissional); o parecer da Escala de Violência entre Parceiros Íntimos
23 (EVIPI) foi aprovado com duas abstenções (teste desfavorável para o uso profissional); o
24 parecer do teste Socr@t-s foi aprovado com uma abstenção (teste desfavorável para o uso
25 profissional); e, o parecer do teste Matrizes Progressivas Avançadas de Raven foi aprovado
26 com uma abstenção (teste favorável para o uso profissional). **13. Especialização em**
27 **Psicologia do Trânsito:** Viviane Ribeiro informou que foi feito contato com o Conselho
28 Nacional de Trânsito (CONTRAN) para solicitar adiamento do prazo de quinze de fevereiro
29 de dois mil e quinze para exigência do Título de Especialista em Psicologia do Trânsito,
30 reconhecido pelo CFP, para o credenciamento de psicólogos como perito examinador.
31 Contudo, a Câmara Temática do CONTRAN não acatou o pedido alegando que já foi dado
32 o prazo de sete anos para que os psicólogos obtivessem a especialização na área. Viviane
33 Ribeiro destacou que a situação é preocupante porque muitos psicólogos ainda estão em
34 fase de formação por conta da pouca oferta de cursos na área. Além disso, receia que, na
35 impossibilidade de os psicólogos se credenciarem como perito examinador haja escassez
36 desses profissionais no mercado e defasagem da qualidade dos serviços prestados à
37 comunidade. Jefferson Bernardes aproveitou para informar que o Departamento de Trânsito
38 (DETRAN) de Minas Gerais enviou ofício ao CFP com questionamentos sobre a exigência
39 de dois anos de formado para obter credenciamento para avaliação psicológica para
40 obtenção de carteira de habilitação. Ainda, foi feita uma análise das Resoluções do
41 CONTRAN nº 425/12 e 500/14. Ressaltou-se que o requisito de o psicólogo ter dois anos
42 de formação, exigido pela Resolução CONTRAN nº 425/12, foi dispensado pela Resolução
43 nº 500/14 e, de que, a análise do artigo dezoito da referida Resolução é que psicólogos que
44 trabalham na área continuariam exercendo suas atividades, não necessitando
45 recredenciamento. Ao final, ficou acordado que o CFP agendará uma reunião com o
46 Presidente do DENATRAN, com a presença da presidente do CFP e a responsável pela
47 Comissão de Trânsito deste Conselho, para informar o entendimento do CFP sobre o Art.

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]

18 da Resolução CONTRAN nº 425/12; e, sugerir que o DENATRAN emita uma nota aos DETRANs sobre essa interpretação da lei. Também, o CFP vai fazer um levantamento para conhecer a realidade da área como o número de psicólogos e dos que fizeram curso de especialização e receberão o título até o mês de abril, via site do CFP; e, ainda, articular com os CRs para fazerem uma campanha de mobilização divulgando o levantamento e estimulando a participação. Com relação à consulta do DETRAN de Minas Gerais, ficou acordado que o CFP também informará o seu entendimento sobre a Resolução CFP nº 425/15 a respeito. **7. Projeto Memória da Psicologia:** Ana Maria Jacó apresentou o ponto demonstrando sua preocupação com o andamento do Projeto Memória da Psicologia, já que várias ações que haviam sido planejadas não estão sendo desenvolvidas. Vários conselheiros compartilharam que também têm dificuldades para desenvolverem algumas ações devido às questões burocráticas. Nesse sentido, ressaltou-se a necessidade de os membros do Plenário terem mais autonomia para desempenharem seu trabalho no CFP. Ana Jacó informou que já recebeu o projeto para a segunda edição do Dicionário Biográfico, revisto e atualizado. Com relação ao vídeo sobre Arrigo Angelini, uma das propostas do projeto, Sergio Braghini explicou que a pessoa indicada não foi contratada porque o CFP tem uma empresa licitada para produção de vídeos, além do valor cobrado por ele ter sido consideravelmente acima do valor que o CFP paga para a empresa contratada. Esclareceu, também, que as ações a serem executadas por cada projeto do Planejamento Estratégico devem ser remetidas à diretoria para análise dos limites legais e orçamentários. Foi acordado que Ana Jacó encaminhará as ações como a edição do Dicionário biográfico, o vídeo de Arrigo Angelini e os cartazes a serem confeccionados a pedido do projeto Memória da Psicologia serão para análise pela Diretoria. Às treze horas foi dado o intervalo para o almoço. Às quatorze horas e trinta minutos os trabalhos foram retomados. **8. Atividades do CREPOP: Seminário Nacional sobre Direitos Sexuais e Reprodutivos e Reunião Nacional do Conselho Consultivo:** Meire Nunes Viana também reivindicou maior autonomia administrativa e financeira para as atividades do CREPOP. Informou que o Seminário Nacional sobre Direitos Sexuais e Reprodutivos será realizado no dia 13 de março de 2015 e no dia seguinte (14 de março) será a Reunião Semestral do CREPOP. Em seguida, apresentou relatório com as pesquisas que estão em andamento no CREPOP e informou que está compondo as comissões com as pessoas que já estavam engajadas nestas pesquisas e acrescentando novos convidados, para dar andamento, inclusive, as pesquisas que estavam inconclusas desde dois mil e oito. Informa, ainda, que estão sendo planejadas reuniões presenciais desses quinze grupos, com a presença de cerca de dez pessoas em cada encontro. Sobre a reimpressão da pesquisa de Álcool e Outras Drogas, sugeriu convidar pessoas para comporem uma comissão *Ad Hoc* com o objetivo de revisar o documento. Vera Paiva esclareceu que a Comissão de Direitos Humanos deseja contribuir com as referências de Álcool e Drogas, Relações Raciais, Segurança Pública, Direitos Sexuais e Reprodutivos, Populações de Rua e População Indígena, Populações Tradicionais e Quilombolas. Nesse momento, instalou-se intenso debate sobre o posicionamento do CFP em relação ao CREPOP, suas metodologias e estrutura, inclusive sobre a publicação de referências em áreas que estão em profundas mudanças, por exemplo, Álcool e Drogas e a falta de qualidade dos textos produzidos, sendo questionada pela plenária a proposta de reimpressão desses documentos e a publicação como documentos on-line. Meire Nunes Viana aproveitou o ensejo para reiterar a necessidade de haver a contratação de uma pessoa com experiência em pesquisa para acompanhar o CREPOP, sendo reiterado que o mais adequado seria a contratação por meio de convênio com a



95
Conselho
Federal de
Psicologia

95 Universidade do Rio Grande do Norte que presta assessoria ao CREPOP. Ao final foram
96 dados os seguintes encaminhamentos: Meire Nunes Viana e Vera Morselli conduzirão a
97 Reunião do CREPOP no dia quatorze de março e que o CFP continuará buscando explicitar
98 a necessidade de algumas melhorias nos trâmites do CREPOP. Quanto à contratação de um
99 pesquisador, ficou acordado que a diretoria do CFP, na pessoa de Sergio Braghini, se
100 reunirá com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte e dará os encaminhamentos
101 necessários, lembrando que Ana Jacó conversou por telefone com uma das pessoas da
102 UFRN responsável pelo convênio com o CFP para agilizar o processo. Encerrado o ponto,
103 Ana Maria Jacó deu o informe que segue: **CONEP:** Ana Jacó informou que o Conselho
104 Nacional de Ética em Pesquisa criou um grupo de trabalho para discutir uma possível
105 resolução sobre ética nas pesquisas nas áreas de Ciências Humanas e Ciências Sociais.
106 Contudo, a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) negou a validade dessa
107 proposta de resolução e, por isso, as entidades estão se manifestando contrárias a essa
108 posição do CONEP e, inclusive, solicitando que o Conselho Nacional de Saúde se
109 manifeste. Foi acordado que Ana Maria Jacó fará, em parceria com Jefferson Bernardes,
110 uma nota com posicionamento do CFP sobre a postura do CONEP, para ser publicada nos
111 meios de comunicação do CFP. **9. Alterações nas Relatorias de Processos Éticos:** Dorotéia
112 Albuquerque Cristo informou que houve alterações nas relatorias de processos éticos
113 julgados em fevereiro, por motivos de força maior, a saber: o PDE nº 1951/14 foi
114 transferido de Inara Leão para Maria da Graça Jacques; e, o PDE nº 1789/2014 foi
115 transferido de Meire Viana para João Alchieri. Referente a próxima Plenária de Julgamento
116 também houve alteração na relatoria do PDE nº 2064 que foi transferido de Roberto Cruz
117 para Meire Viana. **10. Designação de Relatoria de Processos Éticos:** Para a Plenária de
118 Julgamento do mês de abril, foram designados os seguintes relatores: Processo Ético CFP
119 nº 2607/2014 – Lurdes Oberg; Processo Ético CFP nº 2424/2014 – João Alchieri; Processo
120 Ético CFP nº 2374/2014 – Viviane Ribeiro; Processo Ético CFP nº 2550/2014 – João
121 Baptista; Processo Ético CFP nº 2245/2014 – Sergio Braghini e Processo Ético CFP nº
122 126/2015 – Roberto Cruz. Para a Plenária do mês de maio, os seguintes processos foram
123 distribuídos, conforme segue: Processo Ético CFP nº 66/2015 – Meire Viana; Processo
124 Ético CFP nº 64/2015 – Dorotéia de Cristo; Processo Ético CFP nº 173/2015 – Rogério de
125 Oliveira; Processo Ético CFP nº 152/2015 – Maria da Graça Jacques; Processo Ético CFP
126 nº 160/2015 – Vera Morselli. Em seguida, foi definido que a partir do mês de maio/2015, a
127 Plenária de Julgamento iniciará às nove horas com redução do número de processos de seis
128 para cinco. Foi reiterada a importância de os documentos serem entregues aos conselheiros
129 relatores com antecedência mínima de sessenta dias. **4. Relato de Atividades das**
130 **Representações (Continuação):** Rogério de Oliveira informou que conversou com a Loiva
131 de Boni por telefone sobre a representação do CFP no CONAD e ficou acordado que Loiva
132 de Boni enviará carta para Márcia Tortuggi informando sobre sua substituição por um
133 membro da Comissão de Direitos Humanos na suplência da referida representação. **11.**
134 **Encaminhamentos da APAF de Dezembro de 2014:** Maria da Graça Jacques informou
135 que os encaminhamentos da APAF foram enviados para todos os membros do Plenário no
136 dia último dia vinte e cinco. Como o assunto precisa ser discutido com mais cautela, o
137 ponto será pautado na próxima plenária. **12. Cartilha do Fórum sobre Medicalização da**
138 **Educação e da Sociedade:** Jefferson Bernardes informou que o Fórum sobre
139 Medicalização da Educação e da Sociedade produziu uma cartilha que foi apreciada por
140 Carolina Freire e Aparecida Rosângela Silveira, membros da Comissão de Saúde. Ambas
141 pareceristas atestaram que a cartilha está em conformidade com os princípios do CFP.

3

142 Diante disso, foi aprovada a impressão de dois mil exemplares da cartilha. **13. Indicação**
143 **de nomes para Comissão de Saúde:** Jefferson Bernades apresentou as referências da Elisa
144 Ferreira e do Eduardo Mourão Vasconcelos para compor a Comissão de Saúde. Em regime
145 de votação, os nomes foram aprovados por unanimidade. **14. Inscrição Secundária:**
146 Dorotéia Albuquerque relatou reclamação recebida pela Secretaria de Orientação e Ética
147 sobre a necessidade dos psicólogos se deslocarem até os Conselhos Regionais para solicitar
148 a inscrição secundária, bem como, a renovação anual desta inscrição, já que este
149 requerimento poderia ser providenciado pelo Conselho Regional de origem. Após os
150 esclarecimentos e dúvidas diversas, foi encaminhado fazer contato com os CRPs para
151 verificar as rotinas adotadas para adquirir a inscrição secundária e sua renovação. Também,
152 a Secretaria de Orientação e Ética fará um estudo sobre a inscrição secundária, incluindo, a
153 situação dos psicólogos que trabalham em cidades fronteiras de estados da federação . **15.**
154 **Exigência de Encaminhamento Médico para Atendimento Psicológico:** Mariza Borges
155 apresentou o ponto lembrando que a desde que o atendimento psicológico foi incluído no
156 rol de procedimentos em planos de saúde, é exigido o encaminhamento médico psicológico.
157 Contudo, a lei nº 12.842/13 deixou de obrigar o encaminhamento médico para atendimento
158 psicológico por entender que isso é interferência entre as profissões. Diante da
159 problemática, foi acordado que Mariza Borges enviará o parecer construído pela equipe
160 técnica para todos os membros da Plenária a fim de que todos possam se inteirar acerca do
161 assunto para discuti-lo com mais profundidade na próxima plenária. Além disso, o CFP
162 deverá solicitar à Agência Nacional de Saúde (ANS) revisão dessa exigência, em respeito à
163 lei nº 12.842/13 e manifestar o seu posicionamento nas Câmaras Técnicas que tem acento.
164 Caso a ANS se negue, o CFP deve averiguar possibilidade de mover uma ação judicial
165 contra a ANS. **16. Proposta de pagamento de débitos do CRP-15:** Sergio Braghini
166 apresentou a proposta enviada pelo CRPAL, por meio do Óf. CRP-15 nº 0151-14, para o
167 pagamento da dívida que este CRP adquiriu junto ao CFP. A proposta de pagamento da
168 dívida, em doze parcelas iguais, foi aprovada por unanimidade. Algumas dúvidas foram
169 esclarecidas sobre o endividamento de vários Conselhos Regionais com empréstimos
170 realizados junto ao CFP. Sergio Braghini prestou alguns esclarecimentos e informou que o
171 CFP está construindo a formalização dos documentos sobre os empréstimos realizados para
172 apresentar um plano de pagamento de dívidas a longo prazo, aos Conselhos Regionais. **17.**
173 **Banco de Horas / Acordo Coletivo de Trabalho:** Sergio Braghini informou que a diretoria
174 está discutindo o Acordo Coletivo de Trabalho para o próximo ano com a perspectiva de
175 rever algumas cláusulas que não funcionaram conforme o esperado, a exemplo dos gastos
176 com o banco de horas. Por isso, solicitou que todos os membros da plenária não realizem
177 reuniões aos domingos e evitem convocações de funcionários para atividades fora do
178 horário de trabalho. **18. Campanha Nacional contra o Preconceito aos Usuários dos**
179 **Serviços do SUAS:** Rogério de Oliveira relatou que na reunião da Comissão Nacional de
180 Psicologia e Assistência Social - CONPAS houve uma demanda para o CFP ter acesso ao
181 cadastro do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para levantar
182 informações sobre as atividades dos psicólogos na Assistência Social. Diante disso, foi feita
183 uma articulação com o MDS para firmar um termo de cooperação técnica a fim de o MDS
184 conceder acesso aos dados do SUAS para o CFP e, em contrapartida, o CFP se engajar na
185 "Campanha Nacional de Enfrentamento do Preconceito contra os Usuários dos Serviços do
186 SUAS" haja vista que muitas pessoas restringem as ações do SUAS ao atendimento de
187 pessoas em situação de vulnerabilidade social apesar do SUAS desenvolver ações
188 relacionadas às famílias de um modo mais amplo, inclusive, atendimento preventivo. A



189
Conselho
Federal de
Psicologia

participação do CFP na "Campanha Nacional de Enfrentamento do Preconceito contra os
Usuários dos Serviços do SUAS" foi aprovada por unanimidade. **19. Parecer sobre o PL
8045/2010 (Origem PLS 156/2009) que trata da Reforma do Código de Processo Penal,
no que diz respeito à Escuta de Crianças e Adolescentes:** Rogério de Oliveira justificou
a ausência do Rodrigo Torres e esclareceu que o parecer sobre o PL 8045/2010 é um
documento que visa auxiliar o CFP nas relações com o Estado e a Sociedade, diferenciando
a Escuta Psicológica de Escuta Especial de Crianças e Adolescentes. Em seguida, foi
apresentado o texto com as contribuições da Comissão de Psicologia Jurídica do CFP. Foi
acordado que o documento será enviado para todos os conselheiros. **20. Inspeção
Manicômios e Hospitais de Custódia:** Rogério Oliveira informou que as inspeções serão
realizadas em abril, e não mais em março, em conformidade com a Associação dos
Promotores do Ministério Público de Defesa da Saúde – AMPASA que firmou uma parceria
inédita com o CFP. Esclareceu também que a ação está bem coordenada e inclui atividades
para o próximo ano. Inclusive, já foram realizadas cinco reuniões telefônicas exitosas com
os CRPs. Por fim, destacou que a inspeção é uma atividade do Sistema Conselhos de
Psicologia e suas Comissões de Psicologia Jurídica, Saúde e Direitos Humanos. Às dezoito
horas e cinquenta e cinco minutos, Mariza Monteiro Borges encerrou a plenária. Nada mais
havendo a tratar, eu, Maria da Graça Corrêa Jacques, lavrei a presente ata, a qual foi lida e
assinada por todos os presentes acima nomeados e referenciados

208

Maria da Graça Corrêa Jacques

Mariza Monteiro Borges

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]